

Dispositivo de análise das representações identitárias engendradas pelo jornalismo

Gláucia da Silva Mendes¹

Resumo: Partindo da suposição de que a análise do discurso se apresenta como a metodologia mais apropriada para a observação de textos jornalísticos, colige-se um referencial teórico-metodológico capaz de atender tal objetivo. Exposição de quatro vertentes distintas de análise do discurso, com vistas a identificar o dispositivo teórico que se harmoniza com o objeto em questão. Proposição de certas complementações teóricas e delineamento de um dispositivo analítico que contempla as particularidades do discurso jornalístico.

Palavras-chave: representações identitárias; jornalismo; análise do discurso

Abstract: On the assumption that the discourse analysis seems to be the most appropriate methodology for the observation of journalistic texts, this article aims to collect a theoretical and methodological reference able to meet such goal. Exhibition of four main strands of discourse analysis to identify the theoretical device that harmonizes with the object in question. Proposition of certain theoretical complementation and outlining of an analytical device which considers the particularities of the journalistic discourse.

Keywords: identity representations; journalism; discourse analysis

O estudo da linguagem engloba uma ampla variedade de metodologias. Existem, por exemplo, vertentes analíticas que ressaltam aspectos formais, centram-se na observação das regras do bem dizer, adotam como foco de análise o estudo da representação lingüística do sujeito da enunciação ou procuram desvelar os sentidos manifestos e latentes em um discurso, associando-os ao contexto de sua produção.

A análise de um mesmo dado empírico a partir da aplicação dessas e de outras metodologias conduz a resultados muito distintos entre si, “(...) as diferentes perspectivas pelas quais se observa um fato, ou acontecimento, dão origem a uma multidão de diferentes objetos de conhecimento, cada qual com suas características e propriedades” (Orlandi, 2006: 15). Por esta razão, a escolha da metalinguagem a ser utilizada como instrumento na observação de uma dada superfície textual é uma tarefa de suma importância.

¹ Mestre (PPGCOM/UFJF).

Sob o viés construcionista, que concebe a narrativa jornalística como uma construção na qual se mesclam aspectos manifestos dos acontecimentos, elementos da cultura profissional, estrangimentos organizacionais, imperativos econômicos e significados socialmente instituídos (Traquina, 2004), a análise do discurso pode ser vislumbrada como a metodologia mais adequada ao desvelamento dos sentidos sociais produzidos pelo discurso jornalístico.

Isto porque tal perspectiva analítica se preocupa com o movimento da língua, com a sua utilização pelo ser humano no seio social: “(...) a análise do discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (Orlandi, 2007: 26). Compreensão que, para se efetuar, requer a consideração da situação social na qual os objetos simbólicos foram gestados.

Apesar de se assentar sobre esses princípios, a análise do discurso não consiste em uma metodologia única e homogênea. Ela abrange uma diversidade de vertentes analíticas que, à semelhança das diferentes perspectivas de estudo linguístico, produzem resultados díspares entre si. Portanto, para maximizar sua utilização, deve-se definir também a vertente analítica e os instrumentos metodológicos que mais se adequem aos contornos de um objeto.

É justamente uma reflexão dessa natureza que o presente trabalho empreende. Focando-se em uma importante construção simbólica engendrada pelo discurso jornalístico na contemporaneidade – as representações identitárias –, ele procura apontar o dispositivo teórico (Orlandi, 2007) adequado ao desvelamento de tais sentidos sociais e dedica-se à construção de um dispositivo analítico que contemple as especificidades do discurso jornalístico.

Para subsidiar tais reflexões, o artigo realiza inicialmente uma explanação sobre a construção das representações identitárias e o papel nela assumido pela atividade jornalística. Ele faz, ainda, uma exposição de quatro distintas correntes de análise do discurso, na qual são explicitadas suas singularidades e elencadas suas categorias de análise centrais.

Representações identitárias e jornalismo

A realidade é uma construção social e resulta de um processo dialético contínuo entre os mundos objetivo e subjetivo que envolve operações de interiorização, exteriorização e objetivação: ela é modelada e remodelada a partir de uma interação constante entre as estruturas institucionais e as consciências individuais. No que concerne aos processos de interiorização, a ordem institucional, artificial e socialmente definida, tende a ser percebida pelo sujeito como uma realidade objetiva e, em função disso, exerce sobre ele um certo poder coercitivo.

Um mundo institucional (...) é experimentado como realidade objetiva. Tem uma história que antecede o nascimento do indivíduo e não é acessível à sua memória biográfica. Já existia antes de ter

nascido e continuará a existir depois de morrer (...). A biografia do indivíduo é apreendida como um episódio localizado na história objetiva da sociedade (Berger; Luckmann, 1996: 86).

Ao se integrarem a uma coletividade, portanto, os sujeitos são posicionados na estrutural social existente, assumindo determinados papéis e comportamentos. Tais conhecimentos são introjetados ao longo de processos de socialização conduzidos por agentes que desempenham a função de mediadores entre o mundo e o novo ser social. Por conseguinte, a realidade circundante assume contornos bem específicos, provenientes dos filtros pessoais e, sobretudo, de ordem estrutural aplicados pelos intermediários.

Com base na concepção de realidade assim formada é que os indivíduos percebem o mundo e localizam a si mesmos e aos outros nesta instância representativa: o processo de socialização leva-os a interiorizar não só sua própria identidade, como também o *outro generalizado*, ou seja, a estrutura social e as demais identidades que a compõem. As interações sociais estabelecidas ao longo da vida e as demais socializações pelas quais eles passam podem reforçar, mas também modificar ou remodelar tal perspectiva de realidade, bem como as posições de sujeito que a constituem.

Em toda extensão deste inextricável processo, os sistemas simbólicos despontam como um fator de grande relevância. Eles não só oferecem o aparato necessário à institucionalização, abstraindo as experiências de suas ocorrências individuais e incorporando-as a um conjunto de tradições, como também servem de instrumento para a transmissão dos conhecimentos comuns aos novos seres sociais, nos processos de socialização, e para a conservação ou a modificação da realidade subjetiva – visto que as interações simbólicas diárias são as grandes responsáveis pela intensificação e pela atenuação de aspectos da realidade introjetada.

A identidade é, assim, uma construção social, simbólica e psíquica. Ela resulta de um processo no qual representações simbólicas socialmente engendradas são assumidas pelo sujeito como parte integrante da posição que os identifica na sociedade (Woodward, 2000). Portanto, é a partir da adesão dos indivíduos a um determinado conjunto de artefatos simbólicos – ou a uma representação identitária – que as identidades emergem e se perpetuam.

A construção desses sistemas representacionais é regida por relações de poder. A definição da identidade traduz-se em uma disputa por acesso privilegiado a bens simbólicos e materiais existentes em uma sociedade, que divide esta em ao menos dois grupos: o Eu, ou a identidade, e o Outro, ou a diferença.

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (Silva, 2000: 81).

O delineamento das fronteiras entre o Eu e o Outro ocorre por meio da representação, entendida, na perspectiva dos Estudos Culturais, não como uma espécie de cópia do real – concepção desenvolvida pela filosofia clássica ocidental –, mas sim como um sistema que constrói / reconstrói significados a partir de motivações sociais. É, portanto, por meio da criação social de práticas de significação e de sistemas simbólicos destituídos de vínculos naturais com um suposto real objetivo que as identidades adquirem cargas semânticas diferenciadas.

Tendo em vista que os meios de comunicação despontam como um sistema de representação simbólica central na atualidade, a compreensão das representações identitárias engendradas na sociedade contemporânea requer a observação do modo como a realidade é construída pela mídia, especialmente pela atividade jornalística.

O jornalismo desempenha esse papel mediante a realização de duas operações:

Em primeiro lugar, apresentando uma compilação de materiais informativos, industrialmente organizados acerca do mundo-cotidiano; compilação que é transformada, pelo conjunto de receptores, em um repertório de temas, de discurso, de interlocução e de objetos de atenção. (...) Em segundo lugar, no sistema informativo da comunicação de massa, as noções concisas que funcionam como matéria elementar, dispostas metodicamente segundo critérios técnicos e da cultura profissional dos jornalistas são oferecidas ao consumo cotidiano de informação já hierarquicamente organizadas e inseridas num conjunto de molduras voltadas para a sua contextualização e, por conseguinte, num quadro de tendências interpretativas. Neste duplo recorte, a indústria da informação não apenas nos diz o que devemos considerar como o mundo real (embora seja apenas atualidade midiática), mas como e com que prioridade ou urgência o devemos considerar e, sobretudo, porque o devemos considerar (Gomes, 2004: 325).

Mediante tal explanação depreende-se que, além da existência, o *modo* de existência do real também é definido pela mídia. Para a teoria estruturalista do jornalismo, a forma de apresentação dos fenômenos é resultado de um processo social no qual estão envolvidos os seguintes fatores que extrapolam os aspectos manifestos dos acontecimentos: a organização burocrática dos meios de comunicação, a cultura jornalística e o momento de identificação e contextualização dos acontecimentos. Tais fatores encontram-se de alguma forma relacionados a um controle da esfera econômica sobre a atividade jornalística, que confere ao profissionais da área apenas uma “autonomia relativa” na construção da realidade (Traquina, 2004).

No que diz respeito à organização burocrática da mídia informativa, assumem importância na conformação da realidade jornalisticamente construída as fases de produção noticiosa, que dão lugar a certas rotinas institucionalizadas e a processos de trabalho comuns. São elas: a captação de materiais, na qual as fontes desempenham um papel relevante; a seleção de informações e notícias, processo presente em todo o ciclo de trabalho

jornalístico, e a apresentação das notícias, caracterizada pela adequação dos acontecimentos ao formato jornalístico (Wolf, 2005).

Ao longo de toda essa cadeia, intervém um outro fator: os elementos da cultura jornalística, especialmente os critérios de noticiabilidade. Também conhecidos como valores-notícia, os últimos consistem em um código ideológico com base no qual os jornalistas realizam, ao longo de todo o processo de produção noticiosa, uma série de avaliações acerca dos acontecimentos e das qualidades do produto informativo final. Trata-se, portanto, de critérios que presidem não só a seleção dos acontecimentos e aspectos destes passíveis de serem noticiados – os valores-notícia de seleção –, como também a apresentação dos fatos jornalísticos – os valores-notícia de construção.

Além dessas ações, outras que fazem parte da construção noticiosa são a identificação e a contextualização dos acontecimentos. É nesses momentos que ocorrem a designação dos fatos, o relacionamento destes com outros acontecimentos e a sua inserção em um quadro de significação familiar ao público; em outras palavras, a transformação dos acontecimentos em assuntos significativos (Hall et. al, 1993).

Na observação do modo como o jornalismo constrói as representações identitárias que conformam a sociedade contemporânea deve-se, portanto, contar com um dispositivo analítico que seja capaz de contemplar as especificidades do discurso jornalístico acima apresentadas. Por conseguinte, faz-se necessário definir primeiramente o dispositivo teórico a ser tomado como base na delimitação desse instrumental metodológico. Com a finalidade de facilitar a realização dessa tarefa no presente trabalho, empreende-se a seguir uma exposição de quatro distintas correntes da análise do discurso.

Vertentes de análise do discurso

A teoria de Bakhtin

Comumente classificada como uma corrente da linguística da enunciação, a teoria bakhtiniana é aqui referida como uma das vertentes da análise do discurso. Isto porque ela possui marcas que a permitem situar na fronteira entre as duas áreas do conhecimento, dentre as quais a própria extrapolação dos limites do campo linguístico figura como a principal: Mikhail Bakhtin não está interessado apenas na representação linguística do enunciador; ele também se preocupa com o sujeito social que se relaciona com a linguagem.

Para Bakhtin (1995), o sujeito é um produto sócio-ideológico. A consciência individual é constituída em um ambiente intersubjetivo, a partir de interações sociais. Estas, por sua vez, são mediadas por signos que, embora possuam diferentes naturezas – linguística, gestual, pictórica etc. –, compartilham uma mesma característica: são instâncias intrinsecamente ideológicas.

Tal fato deriva diretamente da concepção materialista de ideologia adotada pelo autor. Segundo ele, as ideologias manifestam-se por meio de

outros corpos fisicamente existentes e, em virtude disso, fazem parte da realidade material de uma sociedade. Contudo, elas consistem em um instrumento social peculiar, que se constrói em relação dialética com as estruturas sociais para refletir e refratar uma realidade que lhe é exterior. Considerando ser esta última a propriedade central de um signo, Bakhtin (1995: 31) conclui que “tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*”.

Tendo em vista essa constituição sócio-ideológica do sujeito, o autor considera que não só as manifestações simbólicas, mas também todo e qualquer pensamento são portadores de ideologias: “o indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico” (Bakhtin, 1995: 58).

Com base nessa concepção de sujeito, o autor defende que a expressão não é orientada pelos desejos e anseios individuais, mas sim pelo contexto da enunciação. Segundo Bakhtin (1995), ela é determinada, em um nível superficial, pelos participantes do ato de fala – estejam eles explícitos ou implícitos – e pela situação imediata. Já nos estratos mais profundos da enunciação, entram em jogo as pressões sociais substanciais e duráveis às quais o locutor encontra-se submetido.

Nesse processo de estruturação do enunciado, o interlocutor desempenha, portanto, um papel fundamental:

(...) a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato (...) (Bakhtin, 1995: 112).

Intrínseco a essa explanação encontra-se o conceito central da teoria de Bakhtin: o dialogismo. De acordo com este princípio, o dizer é atravessado pela voz do interlocutor: ao enunciar, o eu coloca em ação o “eu para o outro”, a consciência que o sujeito tem da imagem que o outro faz de si. Disso decorre que o sentido de um enunciado é construído a partir da interação locutor-interlocutor (Flores; Teixeira, 2005).

Além do interlocutor, outras vozes sociais também participam da conformação do enunciado: no dito co-existem já-ditos retomados pelo locutor. Por esta razão, Bakhtin (1993 *apud* Flores; Teixeira, 2005) sentencia que todo objeto de discurso é eminentemente dialógico e que não existe uma fala original.

Quanto aos fatores sociais duráveis que pesam sobre o indivíduo no ato enunciativo, destacam-se o horizonte social da época e do grupo ao qual ele pertence. Estes disponibilizam um repertório de formas de comunicação sócio-ideológica, do qual o indivíduo deve selecionar o tipo de enunciado apropriado à

situação. A esse conjunto de “(...) tipos de enunciados relativamente estáveis e normativos, que estão vinculados a situações *típicas* de comunicação social” (Rodrigues, 2004: 423), Bakhtin denomina gêneros de discurso.

Apesar de serem estruturas relativamente estáveis, os gêneros se concretizam em enunciados únicos, irrepetíveis, construídos a partir da articulação de três níveis de sentido: o tema, a significação e o valor apreciativo. O primeiro é definido como “sentido da enunciação completa” (Bakhtin, 1995: 128) e comporta a singularidade da enunciação, por ser totalmente dependente da situação histórica concreta que a originou.

Já o segundo, tido como o aparato técnico de realização do tema, diz respeito aos aspectos lingüísticos, aos “(...) elementos de enunciação que são *reiteráveis e idênticos* cada vez que são repetidos” (Bakhtin, 1995: 129). O terceiro, por sua vez, remete à semantização da língua realizada pelo sujeito a partir dos valores e julgamentos que são impressos pelo enunciador às palavras, seja por intermédio da entonação ou de acentos apreciativos de outra espécie.

A escola francesa de análise do discurso

Uma segunda vertente de análise discursiva é representada pela escola francesa (AD). Esta perspectiva, que nasce da interseção entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, concebe o discurso como um processo que se desenvolve sobre a base material da língua – o sistema linguístico – e se inscreve em relações ideológicas (Pêcheux, 1988). Logo, a produção de sentidos é vista por ela como o resultado da articulação de aspectos linguísticos e ideológicos.

Assim como a língua, também as ideologias são vislumbradas pela AD como instâncias materialmente existentes: “(...) a ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas” (Charaudeau; Maingueneau, 2006: 267). Contudo, ela só se concretiza a partir de investimentos realizados pelos sujeitos sociais.

Inerente a este processo encontra-se a teoria não-subjetivista da subjetividade de Althusser, sintetizada pela frase “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (Pêcheux, 1988: 155). O que essa sentença expressa, em última instância, é a existência de um “não-sujeito” que só adquire o status de “sujeito” e, por conseguinte, só passa a significar, quando é interpelado pela ideologia e com ela se identifica.

No mesmo movimento em que constitui o sujeito, a ideologia apaga as marcas desse processo. Para funcionar no discurso, ela produz dois efeitos que relegam ao esquecimento essa operação: a evidência do sujeito e a transparência da linguagem (Pêcheux, 1988). Pelo primeiro, denominado esquecimento número um ou esquecimento ideológico,

(...) temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade retomamos sentidos pré-existentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem,

ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos (Orlandi, 2007: 35).

Já o segundo, conhecido como esquecimento número dois,

(...) produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa (Orlandi, 2007: 35).

Tal contradição, na qual o sujeito é tido ao mesmo tempo como livre e submisso, constitui a base do assujeitamento. Nesta condição, o sujeito sente-se portador de uma liberdade sem limites para enunciar, quando na verdade ele se encontra preso a estruturas lingüísticas e sociais previamente existentes.

Uma das estruturas às quais o sujeito se submete na produção discursiva é a formação ideológica, entendida como um “conjunto de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se reportam mais ou menos diretamente às posições de classe mais ou menos em conflito umas com as outras” (Haroche et al., 1975 *apud* Orlandi, 2006: 18).

As formações ideológicas materializam-se no discurso por intermédio de uma ou várias formações discursivas interligadas, sendo estas definidas como “(...) aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina (...) *o que pode e deve ser dito*” (Pêcheux, 1988: 160).

Mas não é apenas o dito que produz sentidos em um discurso. O não-dito, os dizeres silenciados, também participam de sua constituição. E estes podem ser de duas naturezas: o silêncio fundador, que consiste no recuo necessário para que o enunciado possa significar; e a política do silêncio que, por sua vez, divide-se em silêncio constitutivo, prática na qual uma palavra apaga outras possíveis, e o silêncio local, ou a proibição de se dizer algo em um determinada conjuntura (Orlandi, 2007).

Os ditos e os não-ditos acionados no processo discursivo encontram-se associados às formações imaginárias, ou às imagens das posições de sujeito e do objeto do discurso projetadas pelo enunciador no interior do discurso (Orlandi, 2007). Dentre elas, assume importante papel na conformação do discurso a imagem que o locutor faz de seu interlocutor.

Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. (...) trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele dirige. Tanto pode ser um seu “cúmplice” quanto um seu “adversário”.

Assim, quando o leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem que se relacionar necessariamente. (Orlandi, 2006: 9).

Apesar de consistir em um importante aspecto da AD, a proeminência das estruturas na produção discursiva não implica a desconsideração das rupturas, da emergência do novo. O dizer é vislumbrado por essa vertente teórica como o encontro de uma memória e de uma atualidade (...). “Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (Orlandi, 2007: 33).

À memória discursiva, a escola francesa atribui o nome de interdiscurso e a define como “(...) o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (Orlandi, 2007: 31). A atualidade, por sua vez, é vista como “(...) o acontecimento desencadeador da ruptura/do novo, abertura para a evidência da falta, do lapso e do investimento ideológico do sujeito (...)” (Murillo, 2004).

Tendo em vista o encontro entre estrutura e acontecimento, Orlandi (2006) defende que a produção do discurso se faz na articulação de dois grandes processos: a paráfrase, ou a produção do mesmo sentido sob várias formas, e a polissemia, responsável pela produção de sentidos diferentes, múltiplos. A autora ressalta, contudo, que nessa constante tensão entre o mesmo e o novo, verifica-se a primazia do processo parafrástico, a preponderância da estrutura sobre a ruptura. O que leva a concluir que, para a AD, o discurso é muito mais o lugar da reprodução de sentidos sociais já existentes – e, por conseguinte, das próprias estruturas sociais – do que da instauração de novas relações significativas.

A Análise crítica do discurso

Embora compartilhe alguns dos pressupostos da AD, a análise crítica do discurso (ACD) contrapõe-se a essa última posição, que considera muito determinista. Tal perspectiva teórica enfatiza as mudanças discursivas, considerando-as como um importante aspecto das transformações políticas, econômicas e sociais engendradas no mundo contemporâneo.

Os textos como elementos dos eventos sociais [...] causam efeitos – isto é, eles causam mudanças. Mais imediatamente os textos causam mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas com eles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante. Eles causam também efeitos de longa duração – poderíamos argumentar, por exemplo, que a experiência prolongada com a publicidade e outros textos comerciais contribui para moldar as identidades das pessoas como ‘consumidores’, ou suas identidades de gênero. Os textos podem também iniciar guerras ou contribuir para transformações na educação, ou para transformações nas relações industriais, e assim por diante (Fairclough, 2003 *apud* Magalhães, 2004).

Para a ACD, o discurso é uma prática social, um modo de ação e de representação que se encontra em relação dialética constante com a estrutura

social, ora agindo dentro dos limites desta, ora provocando sua modificação. O evento discursivo também é visto por ele como um elemento tridimensional, no qual se articulam o texto, ou os aspectos linguísticos da enunciação; a prática discursiva, que diz respeito à interação, aos processos de produção, distribuição e consumo textual; e a prática social, na qual estão incluídas as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo, a ideologia e as relações de poder.

À concepção de discurso como resultado da interação dialética entre estrutura e ação subjaz uma visão de sujeito também intermediária:

(...) o agente-sujeito é uma posição intermediária, situada entre a determinação estrutural e a agência consciente. Ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, ele trabalha sobre as estruturas no sentido de modificá-las conscientemente, em um espaço que se afirma muito mais amplo que na AD. É como se a estrutura estivesse em constante risco material em função de práticas cotidianas de agentes conscientes (Murillo, 2004).

Conseqüentemente, as determinações ideológicas que incidem sobre o discurso são vislumbradas como uma propriedade tanto das estruturas quanto dos eventos. Isto implica dizer que a ideologia não se manifesta no discurso apenas por intermédio da reprodução de já-ditos; ela também emerge das condições particulares da situação dada. Inerente a essa visão, encontra-se uma concepção na qual as ideologias são vistas como

(...) significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (Fairclough, 2001: 117)

Assim, quando o contexto de ação coloca em jogo ideologias díspares em relação àquelas estabilizadas, abre-se a possibilidade de mudança discursiva e social. Estas, por sua vez, efetua-se ou não em virtude das lutas travadas em torno daquilo que na teoria gramsciana é conhecido como hegemonia: um "(...) poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'" (Fairclough, 2001: 122).

A observação dos discursos segundo os princípios da ACD é mediada por um dispositivo de análise textualmente orientado, que procura recobrir as três dimensões do discurso: o texto, a prática discursiva e a prática social. No que diz respeito à primeira, destacam-se as categorias analíticas vocabulário, que trata do sentido das palavras (de acordo com o contexto enunciativo e não com a definição documentada em dicionário); gramática, ou o estudo das combinações de palavras em orações e frases; coesão, que se ocupa da ligação entre orações e frases; e estrutura textual, que se foca nas propriedades organizacionais de larga escala dos textos.

A prática discursiva, por sua vez, é analisada sobretudo com o auxílio de três categorias, que procuram desvelar, respectivamente, os processos de produção, distribuição e consumo de um discurso: a intertextualidade, as cadeias intertextuais e a coerência. A intertextualidade, definida basicamente como “(...) a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (Fairclough, 2001: 114), é subdividida em intertextualidade manifesta e intertextualidade constitutiva ou interdiscursivamente.

A intertextualidade manifesta refere-se à construção textual realizada a partir da citação explícita de fragmentos de outros textos. Construção essa que pode se concretizar por intermédio de diferentes estratégias discursivas:

O texto de um outro pode estar claramente separado do resto do texto por aspas e verbo *dicendi*, ou pode não estar marcado e estar integrado estrutural e estilisticamente, talvez por nova reformulação do original, no texto em sua volta. Novamente, os textos podem ou não ser ‘reacentuados’; eles podem ou não recorrer ao estilo ou ao tom predominante (irônico ou sentimental) do texto circundante. Ou novamente, os textos de outros podem ou não ser fundidos com suposições do segundo plano do texto que não são atribuídas a ninguém (...) (Fairclough, 2001: 137).

A interdiscursividade, por sua vez, diz respeito à constituição heterogênea de textos a partir da recorrência a determinadas convenções discursivas (às quais, como será explicitado adiante, denomina-se ordens do discurso).

A distribuição de um texto é analisada a partir da identificação dos tipos de textos que dele derivam ou dos quais ele tenha se originado. Tal observação consiste, portanto, no estabelecimento de cadeias intertextuais, “séries de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido de que cada membro das séries é transformado em um outro ou mais, de forma regular e previsível” (Fairclough, 2001: 166). Como exemplo, pode-se tomar a cadeia intertextual que liga as consultas e os registros clínicos, na qual as primeiras são geralmente transformadas nos segundos pelos médicos.

A coerência, por sua vez, diz respeito às ligações estabelecidas entre as diversas partes constituintes do texto, com o propósito de produzir sentidos. Ao indicar percursos necessários para a compreensão, essas conexões acabam por definir uma posição para os leitores, que podem ou não assumi-la.

À medida que os intérpretes tomam essas posições e automaticamente fazem essas conexões, são assujeitados pelo texto, e essa é uma importante parte do trabalho ideológico dos textos e do discurso na ‘interpelação do sujeito’. Entretanto, existe a possibilidade não apenas de luta quanto a diferentes leituras dos textos, mas também de resistência às posições estabelecidas nos textos (Fairclough, 2001: 113-114).

Por fim, a análise do discurso enquanto prática social é realizada por intermédio das ordens de discurso, conceito que remete aos conjuntos

estruturados de convenções discursivas existentes em uma instituição ou na sociedade como um todo e às relações estabelecidas entre eles (Fairclough, 2001). É justamente a partir da observação dessas estruturas que a ACD chega às mudanças discursivas e sociais: ao perceber alterações nas relações entre as ordens de discurso, ela identifica a existência de lutas pela hegemonia e traça os novos contornos assumidos por uma determinada convenção discursiva.

A pragmática anglo-americana

Conduzindo ao extremo a visão de sujeito agente, a tradição anglo-americana de análise do discurso – da qual a ACD se desgarra, fixando-se em uma posição intermediária entre ela e a AD – relega a segundo plano os domínios sintático e semântico da enunciação para privilegiar seus aspectos pragmáticos, isto é, os objetivos que o locutor espera alcançar em situações da vida cotidiana ao se comunicar com outros sujeitos (Manhães, 2006).

Tal corrente de análise discursiva assenta-se, portanto, sobre os princípios e conceitos da psicologia do consciente. Para ela, o enunciador é “(...) um sujeito consciente de suas intenções, capaz de comunicá-las a alguém. A linguagem aqui aparece como instrumento para o locutor comunicar a alguém suas intenções, ou se se quiser, instrumento para alguém expressar para outrem suas intenções” (Guimarães, 2005: 31). Isto implica dizer que, ao contrário das outras vertentes acima elucidadas, a pragmática anglo-americana considera os indivíduos e a linguagem praticamente imunes às coerções sociais.

O limitado papel assumido pelas determinações sociais na prática discursiva encontra-se evidente na estreita definição de contexto enunciativo adotada pela escola. A situação social que intervém no discurso é por ela considerada apenas como “(...) o mundo recortado por sua relação com o indivíduo que fala, no momento e lugar em que fala” (Guimarães, 2005: 33).

Em virtude disso, as regras e os mecanismos de expressão são vislumbrados pela pragmática anglo-americana como estratégias acionadas conscientemente pelo emissor, com vistas à consecução de determinados objetivos. Estratégias essas que advêm de uma das três instâncias constitutivas do discurso: a conversacional, que se refere à inteligibilidade da mensagem; a indexical, responsável pela marcas de pessoa, lugar e tempo que participam da construção dos sentidos; e a acional, relacionada às ações simbólica e social instauradas pela comunicação (Manhães, 2006).

A instância conversacional é regida sobretudo pelo princípio da cooperação, que orienta o emissor a agir de acordo com as demandas da circunstância enunciativa: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (Grice, 1967 *apud* Guimarães, 2005). Também é com base nesse princípio que se efetua a compreensão do enunciado: o ouvinte constrói o significado da mensagem articulando a informação literal nela contida – isto é, o sentido do enunciado

que independe da situação – e as informações especificamente relacionadas ao contexto da enunciação.

Diante disso, pode-se afirmar que, embora seja visto pela análise do discurso anglo-americana como fruto da intenção do locutor, o sentido é por ela concebido como uma construção intersubjetiva, cooperativa, que se realiza a partir da associação de um significado literal inerente à mensagem e das circunstâncias discursivas imediatas.

A importância do contexto para a interpretação dos sentidos também coloca em jogo os elementos componentes da segunda dimensão discursiva: a indexical. Esta instância se preocupa com as marcas de pessoa, espaço e tempo constitutivas do significado do discurso (Manhães, 2006). Os indicadores de pessoa evidenciam as posições discursivas decorrentes do ato de apropriação da linguagem, que podem ser três: o “eu”, ou a pessoa que assume a posição de sujeito do discurso; o “tu”, a quem a mensagem é explicitamente dirigida; e o “ele”, indicativo da utilização pelo “eu” da voz de terceiras pessoas. Os indicadores de tempo e espaço, por sua vez, estão relacionados, respectivamente, às noções de passado, presente, futuro e aqui, lá, alhures, evocadas pelo discurso em função dos momentos definidos pelo locutor como o “agora” e o “aqui” do enunciado.

A terceira instância discursiva referida pela pragmática anglo-americana, a acional, apóia-se na teoria dos atos de fala, para a qual a comunicação pode ser vista como uma ação simbólica e social que comporta três tipos de atos: o locucional, o perlocucional e o ilocucional. O ato locucional envolve uma série de ações – a produção de sons, a utilização de certas construções gramaticais, a entonação, a mobilização do contexto etc – realizadas pelo indivíduo para construir o significado da enunciação. Por ato perlocucional, entende-se o efeito social produzido como consequência da significação do enunciado (uma intimidação, por exemplo). Já o ato ilocucional remete à ação social convencionalmente realizada pelo enunciado (por exemplo, a abertura de uma sessão a partir do proferimento da sentença “declaro aberta a sessão”) (Guimarães, 2005).

Dispositivo analítico para o estudo das representações identitárias jornalísticas

Percebe-se, pela explanação precedente, a diversidade de perspectivas abarcadas pela análise do discurso. Pluralidade essa que, em uma observação mais detida, poderia se revelar muito mais ampla: como chama atenção Guimarães (2005), no interior das vertentes elucidadas também coexistem distinções substanciais. Além disso, como dito na introdução, este trabalho empreende um recorte que contempla as principais vertentes constitutivas do campo da análise do discurso.

Contudo, não são apenas diferenças que emergem quando se realiza um estudo comparativo entre essas diversas correntes. Por vezes, consegue-se vislumbrar também pontos de convergência. Na dissertação ora realizada, por

exemplo, fica evidente que a idéia de um discurso no interior do qual se encontra, de alguma forma, incluso um interlocutor perpassa as quatro correntes descritas. Também nota-se uma certa aproximação entre a teoria bakhtiniana, a escola francesa e a perspectiva crítica no que diz respeito à submissão do sujeito enunciador a determinações sócio-ideológicas.

Acredita-se aqui que a existência de concepções e princípios similares permitam uma aproximação e uma complementação entre as diferentes correntes de análise do discurso no que tange às ferramentas metodológicas por elas disponibilizadas – e isso, é importante ressaltar, desde que sejam preservadas as especificidades de cada uma delas. Por esta razão, a construção do dispositivo analítico que será realizada logo a seguir não descarta a possibilidade de uma interseção como essa.

Para a especificação do instrumental metodológico, deve-se, no entanto, identificar qual das vertentes de análise do discurso apresenta-se como o dispositivo teórico adequado. E, para tanto, vale relembrar algumas características do objeto posto em questão: as representações identitárias construídas pelo jornalismo.

Conforme exposto no primeiro tópico, as identidades são construções sociais regidas por relações de poder, que envolvem uma relação dialética constante entre as estruturas sociais e as consciências individuais. Na mesma ocasião, evidencia-se que este artigo foca apenas as representações identitárias socialmente construídas, deixando de fora os processos de reconhecimento ou não dos sujeitos nesses aparatos simbólicos. Logo, configura-se como interesse central do trabalho ora desenvolvido o conjunto de determinações sociais que incidem sobre as construções identitárias. Esse lugar de observação vê-se reforçado pela abordagem sobre a atividade jornalística: nela, a teoria estruturalista é vislumbrada como referencial teórico adequado para a compreensão do jornalismo contemporâneo, em função das interferências da esfera econômica na conformação do noticiário.

Portanto, os instrumentos conceituais e metodológicos que respaldam a análise das representações identitárias engendradas pelo jornalismo deve ter como uma de suas características centrais a ênfase nos processos de determinação sócio-ideológica do discurso. Como pôde-se verificar na explanação precedente, duas perspectivas satisfazem esse quesito: a teoria bakhtiniana e a análise do discurso francesa.

Opta-se aqui por trabalhar com a segunda vertente analítica. Isto porque a teoria de Bakhtin assenta-se sobre um fundamento conceitual que diverge do adotado nesse artigo: o pressuposto de que os signos refletem e refratam a realidade. Ao longo de toda a explanação até aqui empreendida, fica evidente a filiação do presente trabalho a uma concepção construcionista da realidade, que não compartilha as idéias de que as representações simbólicas possam atuar como uma espécie de espelho da realidade e/ou como instrumentos que provocam a distorção desta. A posição assumida não se interessa por uma realidade apriorística, objetivamente existente, mas sim pela realidade construída intersubjetivamente pelos seres sociais.

Ao vislumbrar a ideologia como uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, a tradição francesa de análise do discurso mostra-se mais afinada com esses fundamentos teóricos. Contudo, a grande ênfase atribuída por essa vertente ao caráter material da ideologia coloca a necessidade de se promover uma ampliação do conceito, para que ele possa explicitar melhor a relação imaginária que se estabelece entre indivíduo e mundo – e que se encontra na base dos processos de construção identitária.

Nesta tarefa, adota-se aqui como referência a proposta de Almeida (1995). Para o autor, a ideologia deve ser pensada em articulação com os conceitos de mundividência, valor e ética. Por mundividência, entende-se a concepção que o indivíduo tem do universo e de seu lugar nesse espaço-tempo. O valor é tido como o domínio da avaliação, da aplicação de categorias como bom/mau, e da atuação prática, das escolhas (conscientes e inconscientes) realizadas pelos indivíduos. A ética, por sua vez, é vislumbrada como a esfera do valor que se ocupa da imagem que os indivíduos têm de como se deve ser e agir no mundo.

Assim, na análise das representações identitárias jornalísticas, a ideologia deve ser entendida como uma estrutura que determina a visão de mundo dos indivíduos, orienta seus anseios e define seu modo de agir na sociedade segundo critérios éticos e morais. Por extensão, também devem ser compreendidas desse modo as formações ideológicas subjacentes aos discursos.

No desvelamento da(s) formação(ões) ideológica(s) que rege(m) o discurso jornalístico, uma categoria analítica da qual deve-se lançar mão é a formação imaginária do interlocutor. Isto porque ela desempenha um importante papel na comunicação de massa:

De modo bastante peculiar, a comunicação de massa, na qual se insere o jornalismo, trabalha com uma imagem a respeito do interlocutor que determina não apenas questões relativas às escolhas temáticas, mas também questões que dizem respeito ao uso da linguagem e à prática discursiva. O jornalista fala tendo como horizonte um leitor de sua fala. Pesquisas de opinião procuram enquadrar esse leitor em certas definições – normalmente referentes às condições sócio-econômicas e culturais. São as formações imaginárias que possibilitam a diferenciação de linguagens e estilos entre os veículos (Machado; Jacks, 2001: 5)

Também as formações discursivas auxiliam nessa tarefa. Para potencializar sua capacidade de identificação das regularidades discursivas no discurso jornalístico, propõe-se aqui observá-las também em articulação com as intertextualidades manifestas, categoria proposta pela ACD. Acredita-se que tal procedimento possibilite a apreensão das formações discursivas das notícias que se encontram ocultas na voz de terceiros, seja porque o jornalista se utiliza da visão da realidade e das expressões da fonte ou porque ele usa declarações de outros sujeitos sociais para materializar discursivamente as idéias do veículo (Machado; Jacks, 2001).

Na observação do modo como os acontecimentos são designados, pode-se acionar ainda o interdiscurso. Isto porque os *media* noticiosos inserem um

acontecimento em um quadro de significação familiar ao público por meio de “mapas de significado”, conjuntos de referência culturais de uma sociedade que transformam acontecimentos desordenados e caóticos em conhecidas identificações sociais e culturais (Hall et. al., 1993).

A análise das intertextualidades manifestas também pode evidenciar o silenciamento local praticado pelo meio de comunicação quando este “(...) veta determinadas fontes, expurgando-as do noticiário ou dos espaços de opinião, ou quando a linha editorial determina os graus de evidência ou ostracismo a que serão submetidos movimentos, instituições, pessoas e idéias (...)” (Machado; Jacks, 2001: 5).

Outra categoria da ACD que deve ser mobilizada, desta vez para auxiliar no desvelamento dos sentidos associados às interdições constitutivas - ou silêncios locais – da atividade jornalística é a coerência textual. A identificação dos investimentos semânticos que ela requisita ao interlocutor para produzir significados possibilita a captação dos sentidos proibidos de serem construídos a partir do emprego de adjetivos, expressões valorativas, construções irônicas, ambíguas etc (Machado; Jacks, 2001).

A análise da estrutura textual, outro procedimento proposto pela ACD, também deve ser adotada. Por intermédio dela, pode-se verificar como a formatação do texto jornalístico em um relato que ordena os eventos “(...) não por sua seqüência temporal, mas pelo interesse ou importância decrescente, na perspectiva de quem conta e, sobretudo, na suposta perspectiva de quem ouve” (Lage, 1987: 21), salienta e hierarquiza informações sobre um acontecimento, inserindo-as num quadro de tendências interpretativas (Gomes, 2004).

Por fim, aliando as categorias estrutura textual e silêncio fundador torna-se possível observar como o discurso jornalístico produz sentidos ao excluir do texto final informações sobre um acontecimento, em virtude das diversas seleções empreendidas ao longo do processo de produção noticiosa (Wolf, 2005).

Referências

- ALMEIDA, Onésimo Teotónio. Ideologia: revisitação de um conceito. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, Liboa. n. 21-22, p. 69-79, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001.

- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2005.
- HALL, Stuart et. al. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: Traquina, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Veja, 1993.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- MACHADO, Márcia Benetti & JACKS, Nilda. *O discurso jornalístico*. Disponível em:
<http://www.facom.ufba.br/Pos/compos_gtjornalismo/doc/2001/machado_jacks2001.rtf>, Acesso em: 20 out. 2007
- MAGALHÃES, Izabel. Teoria crítica do discurso e texto. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão: Ed. Unisul, v. 4, n. esp., p. 113-131, 2004. Disponível em:
<<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/7%20art%205.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2008.
- MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MURILLO, Luis Felipe Rosado. *Uma proposta de interface entre dois domínios da análise de discurso: a linha francesa e a sua relação com a teoria crítica do discurso*. Rio Grande do Sul: 2004. Paginação irregular. Disponível em:< <http://www.discurso.ufrgs.br/>> Acesso em: 09 abr. 2008.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7 ed. Campinas: Pontes, 2007.
- _____. *Discurso e leitura*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- PÊCHEUX, Michael. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Unicamp, 1988.
- RODRIGUES, Rosângela Hammes. Análise de gêneros de discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão: Ed. Unisul, v. 4, n. 2, p. 415-440, jan./jun. 2004. Disponível em:
<<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0402/08.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2008.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. v 1. Florianópolis: Insular, 2004.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.